

**TESTE DE *IMPAIRMENT*: NÍVEL DE *DISCLOSURE* DAS EMPRESAS DE
SANEAMENTO LISTADAS NA B3 CONFORME O CPC 01 (R1)****IMPAIRMENT TEST: DISCLOSURE LEVEL OF SANITATION COMPANIES
LISTED ON B3 ACCORDING TO CPC 01 (R1)**

Maria Auxiliadora de Oliveira Morais¹, Alessandro Gonçalves da Silva Prado², Gerliann
Vieira de Mesquita³

Resumo: O CPC 01 é um padrão contábil no Brasil que trata do teste de *impairment*, que é o processo de avaliar se os ativos de uma empresa estão registrados pelo valor recuperável. Ele estabelece diretrizes para a realização do teste, incluindo a identificação dos ativos a serem testados, a determinação do valor recuperável e as divulgações necessárias. O teste de *impairment* é importante para garantir a adequada mensuração dos ativos das empresas e proporcionar uma visão precisa de sua situação financeira. Neste sentido, o presente trabalho busca investigar o Nível de *disclosure* das empresas de saneamento listadas na B3 conforme o CPC 01 (R1) no exercício de 2017 a 2020. Trata-se de um estudo descritivo e documental, para análise utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que apenas 2 das 8 empresas analisadas apresentaram 100% de evidenciação das informações requeridas pelo CPC 01 (R1) em algum ano.

Palavras-chave: evidenciação, *impairment*, CPC 01.

Abstract: CPC 01 is an accounting standard in Brazil that deals with impairment testing, which is the process of evaluating whether a company's assets are recorded at recoverable value. It establishes guidelines for carrying out the test, including identifying the assets to be tested, determining the recoverable value, and required disclosures. Impairment testing is important to ensure adequate measurement of companies' assets and provide an accurate view of their financial situation. In this sense, the present work seeks to investigate the level of disclosure of sanitation companies listed on B3 according to CPC 01 (R1) from 2017 to 2020. This is a descriptive and documentary study, for analysis the technique was used of content analysis. The results revealed that only 2 of the 8 companies analyzed presented 100% disclosure of the information required by CPC 01 (R1) in any year.

¹ Mestra em Ciências Contábeis pela UFRN, E-mail: auxiliadora.o.morais@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8861-8603> (autor de correspondência).

² Doutor em Economia pela UFPB, e-mail: alessandro.prado@ufersa.edu.br e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7072-3621>

³ Bacharel e Ciências Contábeis pela UFERSA. e-mail: gerliiann@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8986-4947>.

Artigo recebido em 18/04/2023, revisões requeridas em 25/10/2023, aceito para publicação em 10/05/2024,
Editora responsável: Mariana Siqueira Vilela.

Keywords: disclosure, impairment, CPC 01.

1 INTRODUÇÃO

O processo de convergência das normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade, também conhecidas como IFRS (*International Financial Reporting Standards*), iniciou em 2007, com a publicação da Lei n.º 11.638 de 2007, que alterou a Lei das Sociedades por Ações Lei n.º 6.404 de 1976 e introduziu a adoção das IFRS no Brasil. Desde então, várias mudanças significativas foram implementadas nas normas contábeis brasileiras, para torná-las mais próximas das normas internacionais e melhorar a transparência e a comparabilidade das informações financeiras das empresas.

Essas mudanças nas normas contábeis brasileiras trouxeram muitos benefícios para empresas e investidores, pois permitiram uma melhor compreensão da situação financeira das empresas e uma maior transparência nas informações divulgadas. Além disso, a convergência às normas internacionais de contabilidade facilitou a comparação entre as empresas brasileiras e as de outros países, facilitando a tomada de decisões de investimento e aumentando a confiança do mercado financeiro na economia brasileira (Antunes et al., 2007).

Neste contexto. Destaca-se Pronunciamento Técnico CPC-01 – Redução ao valor Recuperável de ativos, aprovado em 2007, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e revisado em 2010, que orienta sobre a realização do Teste de *Impairment* nas empresas. Essa norma assegura que os ativos estejam reconhecidos por valor não superior ao valor recuperável. Além disso, a evidenciação de seus ativos deve ser feita de forma periódica para contribuir com uma melhor compreensão das informações divulgadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2010).

Assim, essa norma proporciona aos investidores e outras partes interessadas um melhor entendimento de como a empresa avalia o valor recuperável de seus ativos e como determina se há ou não perda por *impairment*. Além disso, orienta as empresas quanto à divulgação de informações sobre os métodos utilizados e as obriga a realizar o teste anualmente ou quando houver indícios de desvalorização. Isso resulta em uma melhoria na qualidade das informações divulgadas, refletindo de forma mais adequada a realidade dos ativos das empresas nas demonstrações contábeis (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2010).

Dessa forma, o estudo em questão tem a seguinte problemática: qual o Nível de *disclosure* das empresas de saneamento listadas na B3 com base no CPC 01 (R1)? Assim, o objetivo da pesquisa é investigar o Nível de *disclosure* das empresas de saneamento listadas na B3 conforme o CPC 01 (R1).

A partir da Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico, colocou sob responsabilidade da Agência Nacional das Águas a definição de metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo critérios de execução e evidenciação do teste de recuperabilidade. Nesse

sentido, o estudo visa apresentar evidências empíricas sobre a aplicação do CPC 01 em termos de evidenciação no setor de saneamento, uma vez que se observa desafios inerentes as peculiaridades ligadas à sua composição acionária, característica social e operacional.

A pesquisa científica sobre a divulgação de informações do teste de recuperabilidade dos ativos é crucial para a transparência e confiabilidade das demonstrações contábeis, a tomada de decisões dos stakeholders, o aprimoramento da governança corporativa e o desenvolvimento da teoria e prática contábil. Esses estudos fornecem dados relevantes à contabilidade brasileira, incluindo o cumprimento das normas contábeis, resultados comparáveis e úteis aos usuários, impulsionando avanços na área de estudos.

É importante, ainda, destacar as contribuições do estudo ao exercício da auditoria, uma vez que o cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos devem ser matéria de discussão nos pareceres de auditoria, destacando ainda mais sua responsabilidade diante de não conformidades (Machado & Lorandi, 2019).

Observa-se ainda que evidências empíricas que sinalizem não conformidade de evidenciação pode fomentar um direcionamento de esforços de forma mais eficiente para os órgãos reguladores e fiscalizadores (Agência Nacional das Águas, Comissão de Valores Mobiliários), uma vez que podem detectar os pontos críticos de não conformidade relativos aos critérios de evidenciação obrigatórios do CPC 01.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresenta os conceitos relacionados ao teste de recuperabilidade de ativos, bem como os requisitos estabelecidos pelo CPC 01 (R1) no que diz respeito ao reconhecimento e mensuração.

2.1 Teste de *Impairment*

Dessa forma, o teste de *Impairment*, ou teste de recuperabilidade, é uma metodologia utilizada para avaliar uma eventual redução no valor recuperável de ativos de longo prazo. Esse teste é importante para as empresas avaliarem se seus ativos ainda estão valendo o que foi pago por eles, ou se sofreram alguma depreciação que possa comprometer sua capacidade de geração de receita. Dessa forma, o teste de *impairment* permite que as empresas façam ajustes contábeis necessários para refletir o valor real de seus ativos em seus balanços patrimoniais (Taffarel et al., 2018).

A Figura 1 traz os conceitos da expressão *Impairment* retratado na literatura.

RIC- Revista de Informação Contábil -ISSN 1982-3967	v.17	e-023016	1-15	2023
---	------	----------	------	------

Figura 1*Conceitos da expressão Impairment*

Fonte do Conceito	Conceito de <i>Impairment</i>
Raupp e Beuren (2006)	“Dano econômico, perda nos benefícios futuros esperados do ativo”
Silva <i>et al</i> (2006)	“Instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico”
Rodrigues e Gonçalves (2007)	“Comparação entre o valor contábil do ativo e o seu valor justo”
Santos, Machado e Schmidt (2003)	“Diferença entre o valor contábil e o fair value do ativo, quando o segundo for menor”
Seetharaman <i>et AL</i> (2006)	“Diferença entre o valor registrado e o valor justo”
Cocco e Moores (2002)	“Quando o fluxo de caixa líquido esperado é menor do que o valor do ativo registrado”
Meeting e Luecke (2002)	“Quando o valor de ativos de longa duração ou grupo de ativos excede seu valor justo e não é recuperável”
Alciatore, Easton e Spear (2000)	“Se o valor do ativo não é recuperável do seu fluxo de caixa não descontado”

Fonte: Tavares et al. (2010)

Em 14 de setembro de 2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou que o Pronunciamento Técnico CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos foi aprovado pelos membros do CPC, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1055/05 e alterações. O Pronunciamento foi elaborado a partir do IAS 36 - *Impairment of Assets*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O Comitê considera que a aplicação desse Pronunciamento produz reflexos contábeis que estão segundo o documento emitido pelo IASB. Em 2010 essa norma passou por revisão, sendo aprovado em 6 de agosto de 2010 o pronunciamento técnico CPC 01 (R1).

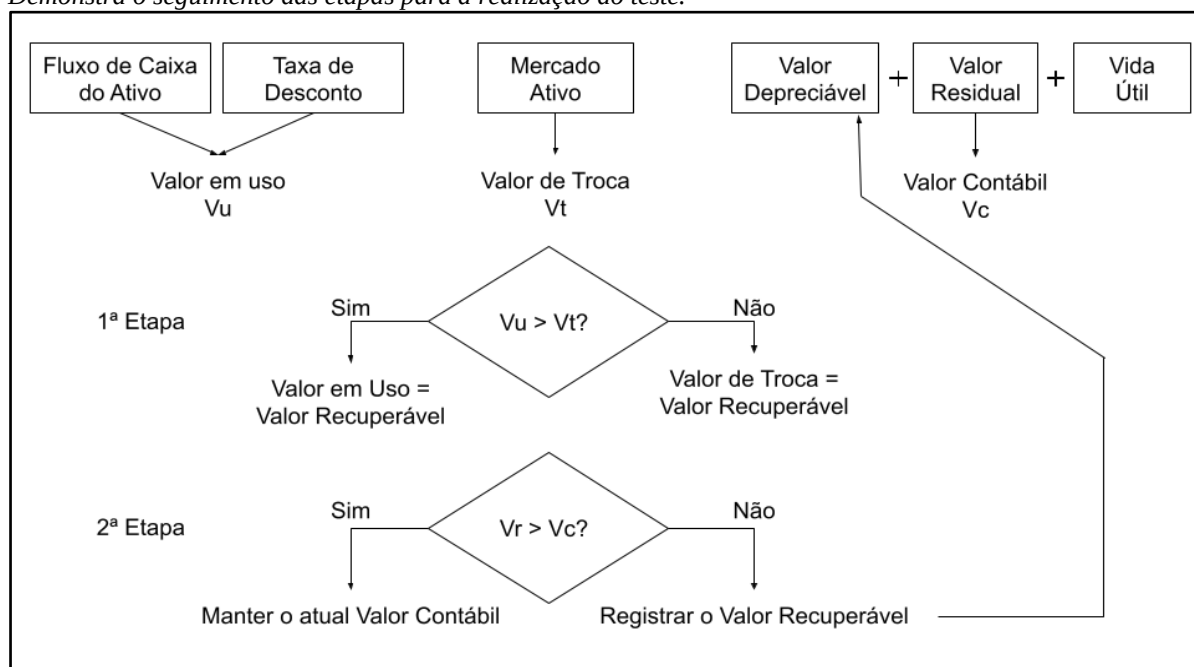
Conforme o CPC 01, seu objetivo é estabelecer procedimentos para garantir que os ativos de uma entidade sejam registrados contabilmente por um valor que não exceda seu valor de recuperação. Um ativo é considerado registrado contabilmente por um valor superior ao seu valor de recuperação quando seu valor contábil é maior do que o valor a ser recuperado por meio de seu uso ou venda. Nesse caso, o ativo é classificado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. Além disso, o Pronunciamento Técnico estabelece quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e define as divulgações necessárias (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2010, p. 2).

Assim, é possível notar que o teste de redução no valor recuperável de ativos é de suma importância para os usuários da informação contábil, como acionistas, credores e outros *stakeholders*, pois oferece informações relevantes sobre a situação financeira da empresa e a capacidade de seus ativos gerarem fluxos de caixa futuros. Esse teste assegura que as empresas estejam reportando corretamente o valor de seus ativos no balanço patrimonial, evitando que ativos estejam superavaliados e levando a uma avaliação incorreta da saúde financeira da empresa, por exemplo, bem como a uma possível superestimação do valor das ações. Por outro lado, se os ativos estiverem subestimados, isso pode levar a uma subavaliação do valor da

empresa. Portanto, o teste de *Impairment* ajuda os investidores a compreenderem de forma mais precisa o valor real da empresa e a tomar decisões de investimento mais informadas.

Figura 2

Demonstra o seguimento das etapas para a realização do teste.



Fonte: Niyama & Silva (2013)

2.2 Informação Contábil

A divulgação das informações contábeis pode ser um canal fundamental para a transmissão de sinais de qualidade das empresas. Contudo, a qualidade das informações contábeis é essencial para a tomada de decisões corporativas. Quando as informações contábeis são imprecisas ou de má qualidade, isso gera incertezas sobre a condição financeira das empresas para investidores externos. Esse efeito negativo pode reduzir a demanda por novos patrimônios, aumentando, consequentemente, os custos e o risco. Portanto, é crucial que as empresas forneçam informações contábeis precisas e confiáveis para garantir a confiança dos investidores e uma tomada de decisão mais precisa e eficaz (Degenhart et al., 2017)

Assim, a informação contábil tem como principal objetivo servir como instrumento para a tomada de decisões pelos diversos *stakeholders* envolvidos. Portanto, a divulgação de informações para as partes interessadas, sejam elas internas ou externas à organização, é fundamental (Barizah et al., 2011)

Sobre o assunto, Hall (2010) relata que a informação contábil atua como um facilitador para a tomada de decisões, fornecendo relatórios periódicos e análises especiais como fonte de informação. As características dessas informações melhoram o conhecimento dos indivíduos e, consequentemente, sua capacidade de tomar decisões mais precisas e assertivas. Dessa forma, o fornecimento de informações contábeis é fundamental para facilitar a tomada de decisões.

Nessa perspectiva, pesquisas recentes demonstram uma relação significativa entre a divulgação de informações contábeis relevantes e seus impactos econômicos. Esses efeitos podem ser percebidos em diversos níveis, como a precisão das previsões de lucros feitas por analistas de mercado, o aumento da liquidez das ações, a redução dos custos de capital e a intensificação do monitoramento das empresas por analistas de mercado. Além disso, a divulgação de informações contábeis também pode ter um impacto significativo nos títulos negociados e na mobilidade do capital internacional (Medeiros & Quinteiro, 2005).

As demonstrações contábeis são a principal fonte de informações disponíveis para os investidores externos avaliarem o desempenho financeiro das empresas. A qualidade da informação contábil está diretamente relacionada às incertezas dos investidores em relação à saúde financeira e ao desempenho passado da organização. É essencial que as demonstrações contábeis forneçam informações confiáveis, compreensíveis, comparáveis e relevantes para atender às necessidades de todas as partes interessadas. Portanto, é crucial garantir a qualidade das informações contábeis para que os investidores possam tomar decisões bem-informadas e a organização possa estabelecer uma boa reputação no mercado financeiro (Degenhart et al., 2017).

2.3 Pesquisas Relacionadas

Os estudos sobre a divulgação de informações relacionadas ao teste de recuperabilidade dos ativos são importantes porque garantem a transparência e confiabilidade das demonstrações contábeis, informam a tomada de decisões dos stakeholders, contribuem para a melhoria da governança corporativa e auxiliam no desenvolvimento da teoria e prática contábil.

Ono et al. (2011) conduziram uma análise empírica da divulgação das informações relacionadas ao *impairment* nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas de uma amostra de 132 companhias abertas com ações negociadas na B3. Os resultados indicaram a necessidade de melhorias na divulgação das demonstrações contábeis, a fim de atender plenamente aos requisitos de divulgação estabelecidos pelo CPC 01, bem como buscar maior adesão por parte das empresas de capital aberto.

Guthrie & Pang (2013) examinaram as práticas de divulgação de goodwill na Austrália ao longo de cinco anos, de 2005 a 2010. Embora tenha havido uma melhoria no cumprimento dos requisitos de alocação de fundo de comércio, ainda foram identificadas não conformidades em todos os períodos analisados. As empresas frequentemente definem o mesmo número ou até menos unidades geradoras de caixa do que os segmentos de relatório, o que pode influenciar na perda de goodwill e na posição financeira da entidade.

Mazzioni et al. (2014) investigaram os fatores determinantes do nível de conformidade na divulgação das informações relacionadas ao teste de *impairment* exigido pelo CPC 01, pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA. Os resultados apontaram que a variável "empresa de auditoria independente" foi significativa ao nível de 1%, e a variável "internacionalização" foi significativa ao nível de 5%, indicando que empresas auditadas por Big Four e com emissão de ADRs atenderam de forma mais adequada às exigências do CPC 01.

Ferreira & Martins (2015) analisaram se havia diferença no grau de divulgação entre as empresas do setor elétrico listadas no Novo Mercado em relação às informações adicionais relacionadas ao teste de *impairment*. Os resultados revelaram que, embora as empresas analisadas estivessem listadas no mesmo nível de governança, apresentaram graus diferenciados de evidenciação, porém todas afirmaram estar segundo o CPC 01.

Mazzi et al. (2016) examinaram a opinião dos CFOs de empresas italianas listadas em relação às complexidades envolvidas na implementação dos requisitos do IAS 36 e a utilidade percebida das diretrizes nacionais, visando auxiliar os preparadores nesse sentido. Os resultados mostraram que os respondentes não veem uma forte ligação entre os requisitos de divulgação do IAS 36 e as variáveis de mercado, exceto para retornos de ações, e solicitaram explicitamente uma revisão no IAS 36 e/ou emissão de orientação separada.

Taffarel et al. (2018) analisaram a aderência do processo de evidenciação do teste de *impairment* em empresas do segmento de energia elétrica em relação às indicações do CPC 01 (R1). Os resultados da pesquisa mostraram um aumento no número de empresas que divulgaram informações contábeis no período analisado. No entanto, ainda foi identificado um nível baixo de evidenciação do valor recuperável de ativos, com atendimento aos procedimentos requeridos no CPC 01 (R1) de forma incompleta.

O estudo de Machado e Lorandi (2019) examinou se as empresas de capital aberto listadas na B3, em vários níveis de governança corporativa, que tiveram perdas no valor recuperável de seus ativos em 2015 divulgaram informações em conformidade com o CPC 01 (R1). Foi verificado que nenhuma das empresas examinadas divulgou todos os requisitos do CPC 01 (R1). Além disso, o não cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos não foi mencionado no parecer dos auditores independentes. O entendimento sobre o teste de recuperabilidade dos ativos foi prejudicado pela falta de transparência nas informações divulgadas nas notas explicativas.

Nas empresas de capital aberto, percebe-se que, em geral, há uma falta de conformidade com diversos critérios de evidenciação definidos pelo CPC 01 (R1), mesmo estes sendo obrigatórios, o que pode interferir na qualidade da informação contábil devido à baixa transparência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é classificada como descritiva, pois procura descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. O uso de métodos padronizados para coleta de dados, como observação sistemática e questionários, é comum. Existem muitos estudos que se enquadram nessa categoria. Nesse caso, esse estudo busca descrever as demonstrações contábeis no que se refere a divulgação das informações sobre teste de recuperabilidade dos ativos (Gil, 2002).

Quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos se classifica como documental, visto que a fonte de coleta de dados foi realizada a partir das demonstrações financeiras e das notas explicativas das empresas do setor de saneamento. A análise, por sua vez, foi realizada após a

publicação desses relatórios, checando o cumprimento das exigências referentes a divulgação do teste de recuperabilidade presentes no CPC 01 (R1) (Marconi et al., 2003).

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, pois os participantes foram selecionados de forma proposital e abrangendo um pequeno número de casos relevantes. A coleta de dados foi conduzida de maneira aberta, visando uma reconstrução abrangente do caso em questão (Flick, 2009).

A população da pesquisa é composta pelas empresas listadas na B3. A amostra é formada pelas empresas de saneamento listadas na B3 que atuam no período de 2017 a 2020, listada na Tabela 1.

Tabela 1

Detalhamento da Amostra

Companhia	Razão social
AMBIPAR	AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
CASAN	CIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAM -CASAN
SABESP	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO
COPASA MG	CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG
SANEPAR	CIA SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR
IGUA	IGUA SANEAMENTO S.A.
ORIZON	ORIZON VALORIZACAO DE RESIDUOS S.A.
SANESALTO	SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Fonte: Dados da pesquisa.

As demonstrações contábeis das 8 empresas foram coletadas no site da B3 (2020) (relatórios estruturados) e considerando o CPC 01 (R1) foi elaborado um *checklist*, baseado nos itens 126 ao 136 do CPC 01 (R1), para comparar as informações divulgadas e a norma em questão. Para alcançar o objetivo da pesquisa utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo que se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos (Carlomagno & Rocha, 2016).

Para a análise de conteúdo neste estudo, foi adotada a técnica de análise temática, que consiste na identificação e contagem de temas ou itens de significado específicos em uma unidade de codificação previamente estabelecida (Bardin, 2020). A Tabela 2 mostrar a construção dessa análise apresentando as categorias e a codificação para o estudo em questão.

Tabela 2*Construto da pesquisa*

Categoria	Descrição	Pontos	Percentual
A	A entidade divulgou informação sobre o teste de <i>impairment</i>	1	16,7%
B	A entidade evidenciou perdas por <i>impairment</i> ou reversão em notas explicativas	1	16,6%
C	A entidade demonstrou eventos que levaram ao reconhecimento de perdas ou reversão de perdas por desvalorização	1	16,6%
D	A entidade apresentou o montante da perda por <i>impairment</i> ou reversão	1	16,7%
E	A entidade apresentou descrição da unidade geradora de caixa ou ativo que sofreu o <i>impairment</i>	1	16,7%
F	A entidade apresentou a base do valor recuperável: Valor justo líquido de venda ou no Valor de uso	1	16,7%
Total		6	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os itens de divulgação do CPC 01 (R1) foram categorizados e pontuados com base na Tabela 2, atribuindo 1 ponto para as empresas que apresentarem informações de cada categoria. Isso totaliza 6 pontos para a divulgação de todos os itens. Cada item corresponde a aproximadamente 16,6% e 16,7% do total, devido a arredondamentos para o total atingir os 100% das informações que devem ser divulgadas pelas empresas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

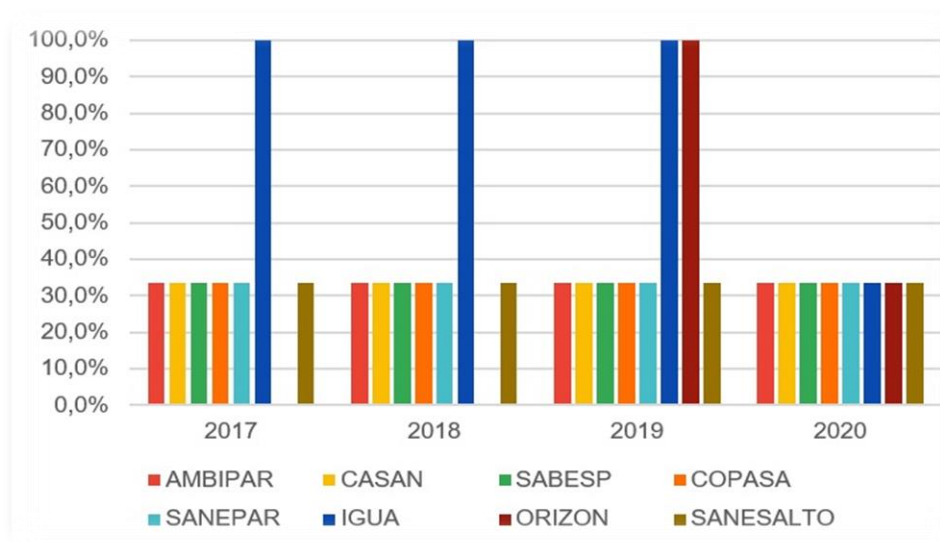
A divulgação adequada e transparente das informações financeiras é essencial para que os investidores e demais stakeholders possam tomar decisões informadas. Entre essas informações, o teste de perda por valor não recuperável dos ativos é um aspecto crítico, pois afeta diretamente a avaliação e a saúde financeira de uma empresa.

Neste sentido, o estudo busca investigar se as companhias reconhecem e evidenciam a redução ao valor recuperável de seus ativos de acordo com CPC 01 (R1), para alcançar esse objetivo foi realizado uma análise das informações constantes nas demonstrações e nas notas explicativas divulgadas pelas empresas de saneamento listadas na B3 e comprada ao checklist baseado no CPC 01 (R1).

Após analisar os percentuais propostos no checklist baseado no CPC 01 (R1), verificou-se que a maioria das empresas do setor estudado evidenciou apenas 33,4%, como mostrado na figura 3. No entanto, destaca-se que a empresa Igua Saneamento S.A. alcançou 100% de evidenciação nos anos de 2017 a 2019, embora em 2020 tenha apresentado informações semelhantes às demais empresas. Além disso, a empresa Orizon Valorizacao de Resíduos S.A. também obteve 100% de evidenciação no ano de 2019.

Figura 3

Nível de evidenciação conforme CPC 01 (R1)



Fonte: Dados da Pesquisa

Esses resultados corroboram com os achados de Ono et al. (2011) e reafirma a necessidade de melhorias na divulgação das demonstrações contábeis. Uma possível explicação para essa baixa divulgação pode ser a falta de compreensão da importância desse teste por parte das empresas, bem como a falta de uma abordagem adequada de governança corporativa e transparência nas práticas contábeis.

Outro fator pode ser o receio de que a divulgação de perdas por valor não recuperável possa ter impactos negativos na imagem da empresa ou afetar sua capacidade de acesso a recursos financeiros. No entanto, a falta de divulgação adequada dessas informações pode gerar sérias consequências. Os investidores podem ser prejudicados pela falta de transparência, uma vez que não terão acesso completo e preciso às informações necessárias para avaliar adequadamente o valor dos ativos de uma empresa e sua capacidade de gerar retornos futuros. A Tabela 3 traz as Categorias Evidenciadas pelas empresas de Saneamento.

Tabela 3*Categorias Evidenciadas pelas empresas de Saneamento*

	2017	2018	2019	2020
AMBIPAR	A e F	A e F	A e F	A e F
CASAN	A e F	A e F	A e F	A e F
SABESP	A e F	A e F	A e F	A e F
COPASA MG	A e F	A e F	A e F	A e F
SANEPAR	A e F	A e F	A e F	A e F
IGUA	TODAS	TODAS	TODAS	A e F
ORIZON			TODAS	A e F
SANESALTO	A e F	A e F	A e F	A e F

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às informações divulgadas, foi constatado que todas as empresas evidenciaram as categorias A e F (tabela 2). A categoria A indica que a entidade divulgou informações sobre o teste de *impairment*, ou seja, as empresas divulgam informações sobre o teste seus relatórios financeiros, porém em sua maioria apresentam apenas trecho do próprio CPC 01 (R1). Já a categoria F indica que a entidade apresentou a base do valor recuperável, que pode ser o valor justo líquido de venda ou o valor de uso, demonstrando o cumprimento dos requisitos contábeis relacionados a essa avaliação de ativos.

Observou-se, portanto, que a maioria das empresas não evidenciou as informações das categorias B, C, D e E (tabela 2). Neste sentido, as empresas podem não evidenciar informações sobre perdas por *impairment* ou reversões em suas notas explicativas por diversas razões, como a materialidade do impacto, o conhecimento tácito dos leitores, a complexidade do processo, a falta de confiabilidade das estimativas, restrições contratuais, entre outros. No entanto, é importante destacar que as empresas são obrigadas a divulgar informações adequadas e transparentes segundo as normas contábeis, e a falta de divulgação adequada pode levantar preocupações sobre a conformidade e transparência nas práticas contábeis. É fundamental que as empresas cumpram suas obrigações de divulgação e garantam a transparência e compreensão adequada de suas demonstrações financeiras.

Os dados encontrados são inconsistentes com os resultados de Taffarel et al. (2018), que relataram um aumento no número de empresas divulgando informações contábeis durante o período analisado. No entanto, observou-se que as informações divulgadas pelas empresas permaneceram consistentes ao longo do tempo.

A Tabela 4 exibe a base utilizada para o cálculo do valor recuperável dos ativos nas empresas analisadas. Foi observado que todas as empresas, com exceção da Cia Saneamento Básico Est. São Paulo, utilizam o valor de uso como base para o valor recuperável.

Tabela 4

Base para o cálculo do valor recuperável dos Ativos

Empresa	valor recuperável
AMBIPAR	valor em uso
CASAN	valor em uso
SABESP	valor justo
COPASA MG	valor em uso
SANEPAR	valor em uso
IGUA	valor em uso
ORIZON	valor em uso
SANESALTO	valor em uso

Fonte: Dados da pesquisa.

As empresas podem preferir usar o valor de uso como base para o cálculo do valor recuperável de seus ativos porque ele reflete a estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados gerados pelo ativo, sendo mais apropriado quando o ativo é utilizado internamente pela empresa, com uma vida útil longa. Além disso, o uso do valor de uso pode estar em

conformidade com as normas contábeis internacionais e é considerado mais preciso ao considerar projeções de fluxos de caixa futuros. A seleção adequada da base de cálculo do valor recuperável é uma responsabilidade da administração e deve ser justificada e divulgada nas demonstrações financeiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como investigar o Nível de *disclosure* das empresas de saneamento listadas na B3 conforme o CPC 01 (R1). Os resultados revelaram que apenas 2 das 8 empresas analisadas apresentaram 100% de evidenciação das informações requeridas pelo CPC 01 (R1) em algum ano. Confirmando os achados de Ono et al. (2011), Guthrie & Pang (2013) e Mazzioni et al. (2014).

Neste contexto, há várias razões pelas quais pode haver um baixo índice de divulgação de informações sobre o teste de *impairment* e o reconhecimento de perdas e reversões por parte das empresas. Alguns possíveis motivos incluem:

- i) Sensibilidade aos impactos financeiros: A divulgação de perdas por *impairment* ou reversões de perdas pode ter um impacto negativo nas demonstrações financeiras das empresas, afetando seu resultado líquido e seu valor de mercado. Como resultado, as empresas podem ser relutantes em divulgar essas informações para evitar impactos negativos em sua imagem financeira.
- ii) Complexidade das normas contábeis: As normas contábeis relacionadas ao teste de *impairment* e reconhecimento de perdas e reversões podem ser complexas e exigir julgamentos e estimativas significativas por parte das empresas. A falta de clareza nessas normas pode levar a inconsistências na divulgação das informações, o que pode levar as empresas a evitarem a divulgação desses detalhes.
- iii) Confidencialidade e estratégia competitiva: Algumas empresas podem considerar as informações sobre perdas por *impairment* ou reversões como confidenciais e estratégicas, e podem não estar dispostas a divulgá-las publicamente para evitar a exposição de sua estratégia competitiva ou planos de negócios.
- iv) Falta de conscientização ou conhecimento: Algumas empresas podem não ter um entendimento completo das obrigações de divulgação relacionadas ao teste de *impairment* e reconhecimento de perdas e reversões, ou podem não estar cientes das mudanças nas normas contábeis e das melhores práticas de divulgação.
- v) Custos e recursos envolvidos: A divulgação adequada de informações sobre o teste de *impairment* e reconhecimento de perdas e reversões pode exigir recursos significativos, como tempo, esforço e custos, para coletar, preparar e auditar as informações. Algumas empresas podem não estar dispostas ou não ter recursos suficientes para realizar essa divulgação de forma abrangente.

Em resumo, o baixo índice de divulgação de informações sobre o teste de *impairment* e reconhecimento de perdas e reversões pode ser atribuído a questões como sensibilidade aos impactos financeiros, complexidade das normas contábeis, confidencialidade e estratégia competitiva, falta de conscientização ou conhecimento e custos e recursos envolvidos. É importante que as empresas compreendam a importância da divulgação adequada dessas informações e estejam em conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

No entanto, a pesquisa limitou-se a identificar o nível de *disclosure*, deixando como sugestão para futuras pesquisas a investigação das razões por trás da baixa divulgação por parte das empresas. Recomenda-se um aprofundamento sobre a problemática, envolvendo os elaboradores das demonstrações contábeis, para uma melhor compreensão do fenômeno.

REFERÊNCIAS

- Antunes, J., Antunes, G. M. B., & Penteado, I. M. (2007). A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: O IFRS-1. *Seminários Em Administração*, 1–16.
<https://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf>
- Bardin, L. (2020). *Análise de Conteúdo* (5th ed.). Edições 70.
- Barizah, N., Bakar, A., & Saleh, Z. (2011). Incentives for Disclosure of Accounting Information in Public Sector: A Literature Survey. *Article in International Research Journal of Finance and Economics*. <http://www.eurojournals.com/finance.htm>
- Brasil (1976). Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm
- Brasil (2020). Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Bolsa, Balcão, Brasil (B3). Relatórios Estruturados | B3. (2020).
https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/informacoes-por-periodo-8ae490ca871654460187e80576bf03a0/relatorios-estruturados/
- Carlomagno, M. C., & Rocha, L. C. da. (2016). Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 7(1). <https://doi.org/10.5380/RECP.V7I1.45771>
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. (2010). CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>
- Degenhart, L., Mazzuco, M. S. A., & Klann, R. C. (2017). Relevância das Informações Contábeis e a Responsabilidade Social Corporativa de Empresas Brasileiras. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade Da Unisinos*, 14(3).
<https://doi.org/10.4013/BASE.2017.143.01>
- Ferreira, M. A., & Martins, V. F. (2015). Disclosure de informações sobre o teste de *impairment* entre as companhias do setor elétrico brasileiro, listadas no Novo Mercado. *RAGC*, 3(8). <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/645>

- Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa (3rd ed.). Artmed.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (4th ed.). Atlas.
- Guthrie, J., & Pang, T. T. (2013). Disclosure of Goodwill Impairment under AASB 136 from 2005–2010. *Australian Accounting Review*, 23(3), 216–231.
<https://doi.org/10.1111/J.1835-2561.2013.00204.X>
- Hall, M. (2010). Accounting information and managerial work. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 301–315. <https://doi.org/10.1016/J.AOS.2009.09.003>
- IFRS Foundation (2013). IAS 36 - Impairment of Assets.
<https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards/english/2021/issued/part-a/ias-36-impairment-of-assets.pdf>
- Machado, L. M., & Lorandi, J. A. (2019). TESTE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS: UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO EM EMPRESAS DE DIFERENTES SEGMENTOS DA BM&FBOVESPA. *ConTexto - Contabilidade Em Texto*, 17(37). <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/69897>
- Marconi, M. de A., Lakatos, E., & Maria. (2003). Fundamentos de metodologia científica (5th ed.). Atlas.
- Mazzi, F., Liberatore, G., & Tsalavoutas, I. (2016). Insights on CFOs' Perceptions about Impairment Testing Under IAS 36. *Accounting in Europe*, 13(3), 353–379.
<https://doi.org/10.1080/17449480.2016.1244341>
- Mazzioni, S., Politelo, L., Moreira, W. J., & Klann, R. C. (2014). Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment test*) em empresas listadas na BM&FBOVESPA. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade Da Unisinos*, 11(4). <https://doi.org/10.4013/BASE.2014.114.01>
- Medeiros, O. R. de, & Quinteiro, L. G. do L. (2005). Disclosure of Accounting Information and Stock Return Volatility in Brazil. *SSRN Electronic Journal*.
<https://doi.org/10.2139/SSRN.835726>
- Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2013). Teoria da Contabilidade (3rd ed.). Atlas.
- Ono, H. M., Rodrigues, J. M., & Niyama, J. K. (2011). Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment test*) em empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ*, 15(1), 67–87. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/889>
- Taffarel, M., Carlos, E., Alves, I., Ribeiro, F., & Menon, G. (2018). "Nível de aderência na evidenciação do teste de Impairment em empresas do setor de energia elétrica brasileiro." ("NÍVEL DE ADERÊNCIA NA EVIDENCIAÇÃO DO TESTE DE IMPAIRMENT EM

... - UFPE”) Revista de Informação Contábil, 12(2), 64–81.

<https://doi.org/10.34629/RIC.V12I2.64-81>

Tavares, M. F. N., Ribeiro Filho, J. F., Lopes, J. E. de G., Vasconcelos, M. T. C., & Pederneiras, M. M. M. (2010). Um Estudo Sobre o Nível de Conformidade dos Setores Classificados pela Bovespa com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO, 5(1).
<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/view/810>